COLONIALISMO
E
DESCOLONIZAÇÃO

Reflexões sobre problemas africanos contemporâneos

Amauri Mendes Pereira
Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros-UCAM

Introdução

1 – A ocupação colonial

a) A vitória das potências européias
b) A exploração colonial

2 – A descolonização

a) A "construção" do africano
b) A resistência
c) As independências – A formação das nações africanas

3 – Os desafios do futuro

Introdução

O direito à história. Esta foi a conquista maior dos povos africanos a partir da Descolonização. Afinal, o domínio europeu foi sendo tecido, como uma noite, até conseguir cobrir inteiramente a história e os horizontes do continente africano logo no inicio do século XX !

Desde que se estabelecera o comercio regular entre europeus e africanos, no início do século XVI, com o tráfico escravo, em cerca de quatro séculos, os europeus procederam enorme acumulação de capital e dois saltos tecnológicos, e se fortaleceram muito mais que os africanos. Até o século XVIII os interesses comerciais secundarizavam as diferenças étnicas. Aos poucos, no entanto, estas foram adquirindo maior importância para os europeus. Extensa produção pseudo-científica tentou transformá-las em questão de superioridade/inferioridade e foi aproveitada, astuciosa e convenientemente, como justificativa para brutalizar e explorar o diferente, "o outro", em nome de sua salvação, sua integração à civilização ocidental.

Acrescente-se a essa trajetória o domínio da escrita por parte dos europeus – capaz de levar onde quisesse os seus conceitos e interpretações – contra as limitações da oralidade africana e teremos o quadro das décadas iniciais do nosso século; com o continente africano ocupado militarmente, explorado economicamente, controlado politicamente e, além de tudo, a "raça negra" menosprezada em toda parte do novo mundo que surgia com o advento das novas formas de transporte e comunicação.

Os europeus, ao longo do século XIX, foram tão embebidos nas ideologias de superioridade racial e da sua absolutização como mandatários do mundo, que acreditaram ser definitivas as vitórias sobre os africanos nas guerras para a ocupação colonial. Daí a surpresa com a continuidade da história. A noite é um tecido efêmero!!

Já nas primeiras décadas do século XX os africanos afirmavam sua alteridade. Estas afirmações ganharam consistência e saltaram para reivindicações de direitos, de independência e, logo, às lutas para conquistá-los.

As respostas iniciais das potências européias foram repressão e massacres. Logo, porém, se impôs a necessidade de ceder/negociar as independências. É claro, que criando mecanismos econômicos, financeiros e culturais, quase sempre capazes de perpetuar sua hegemonia.

O objetivo deste texto é refletir um pouco, o quanto alguns aspectos do colonialismo e do processo de descolonização pesaram na composição do quadro atual de dependência e atraso em quase toda a África subsaariana.

A ocupação colonial

a) A vitória das potências européias

As interpretações mais comuns – e superficiais – do fenômeno do colonialismo contemporâneo (as relações de subordinação estabelecidas por nações européias sobre quase todo o continente africano do final do século XIX até os anos sessenta do século XX), nos acostumou com a visão simplista, de que ele resultara de um plano maquiavélico através do qual os europeus teriam enredado os africanos. Nada mais enganoso.

Segundo Henri Brunschwig, "*a expansão colonial em África foi sempre, aos olhos das chancelarias, uma questão secundária, subordinada ao jogo das alianças e das rivalidades na europa*".[1] Na verdade, as condições para a instalação do colonialismo foram sendo forjadas ao longo do século XIX (principalmente nas décadas finais), à revelia dos interesses hegemônicos no interior dos Estados europeus. Aventureiros e empreendedores de todo tipo é que foram se aprofundando no conhecimento do continente e dos povos africanos, estabelecendo acordos e tratados com suas lideranças (o que demonstra um respeito pela sua soberania), muitas vezes contrariando políticas da metrópole. Havia, tanto interesses conflitantes das potências entre si, quanto interesses contraditórios nas próprias formulações políticas e estratégicas de cada nação européia envolvida.

Alem da cobiça sobre as riquezas do sub-solo africano, cada vez mais evidentes em diversas regiões, houve um outro fator fundamental para a decisão dos europeus repensarem suas estratégias e partirem para as guerras de conquista. Foi o novo equilíbrio de forças na Europa, decorrente do desenvolvimento econômico principalmente da França e da Alemanha. Isto lhes possibilitou questionarem o amplo domínio da Inglaterra, que até então tivera todas as vantagens com o livre comercio. Os acordos de partilha de que falaremos adiante, obrigavam a efetiva ocupação do território africano, o que implicava vultosos investimentos (a Inglaterra em decadência não poderia se impor como antes), e cada potência, de acordo com suas forças, conquistaria suas "esferas de influência" – mercados próprios, minérios, produtos tropicais, mão-de-obra barata, etc.

O símbolo maior daquele mito do maquiavelismo europeu é a Conferência de Berlim – 15.09.1884 a 26.02.1885. É claro que ela pode ser vista como um marco. Não pelo que se lhe atribui, a partilha da África – o que de fato ocorreu como um processo muito mais complexo antes e depois da Conferência – mas como um "palco de acordos", um momento privilegiado no qual as nações presentes definiram algumas regras que facilitassem a ocupação do continente africano com um mínimo de conflitos entre si.

Para a consumação da ocupação colonial os países europeus contavam com imensas vantagens sobre os povos africanos:

- O conhecimento longamente acumulado sobre o continente africano por missionários e exploradores.
- Os vultosos recursos materiais e financeiros colocados à disposição do empreendimento colonial.

- A eficiência no combate à malária – que até os finais do século XIX aterrorizava os europeus em África – a partir da descoberta (então recente) do uso preventivo do quinino.
- Enquanto a Europa das duas últimas décadas do século XIX se caracterizara pelo equilíbrio político e paz entre as nações, na África o mesmo período foi marcado por conflitos entre diversos Estados e grupos étnicos em todo o continente.
- E finalmente a vantagem decisiva da absoluta superioridade bélica – fuzis de repetição e as recém-inventadas metralhadoras Gatlin e Maxim, artilharia pesada, forças navais com suas baterias, e até mesmo, nas últimas campanhas, o uso da aviação.[2]

Os líderes africanos, por seu lado, não tinham conhecimento do desenvolvimento gerado pela revolução industrial na Europa. Como sustentar guerras contra aquelas nações que, diferentemente dos séculos anteriores, haviam se transformado em potências com imensa superioridade material, financeira e militar ?

Apesar das rivalidades entre si, nesta nova fase nenhum país europeu se aliou a africanos para combater o outro, e todos se comprometeram a não vender-lhes armas. "*Ao contrário, a conduta entre os africanos foi assinalada, não só pela falta de solidariedade, de unidade, de cooperação, mas pior ainda, pelo fato de alguns não hesitarem em se aliar aos europeus contra seus vizinhos – apenas para serem vencidos um pouco depois*"[3] Desta forma é que em 1914 apenas Etiópia e Libéria não estavam ocupados. Estabelecera-se uma nova configuração geográfica, e as fronteiras foram definidas de acordo com as efetivas conquistas territoriais de cada potência.

b) A exploração colonial

Após consumarem sua vitória e principalmente após a primeira guerra mundial a exploração colonial atinge o seu apogeu. É o período da instalação de grandes empreendimentos agrícolas, mineiros e pecuários, e de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias para escoamento daquela produção.

As políticas de administração colonial variaram bastante de uma para outra potência. Mas cada potência estabeleceu também diferentes políticas, de acordo com seus interesses, nas diferentes regiões que ocupou.

A literatura a respeito conceitua duas características principais: *Colônias de exploração e* Colônias *de povoamento*. Resumidamente, as primeiras foram implantadas geralmente onde já havia sociedades hierarquizadas e seus dirigentes tradicionais se viram obrigados a funcionar como "feitores" da metrópole; em algumas, o sistema colonial privilegiava determinado grupo étnico para que este assumisse os papéis de intermediação. Neste tipo de colônia não havia necessidade de muitos brancos – apenas os comandantes militares (claro!) e alguns funcionários na chefia da administração e dos empreendimentos coloniais.

As colônias de povoamento foram aquelas para onde transplantou-se grande quantidade de brancos. Estes assumiram todas as responsabilidades administrativas, econômicas, e de enquadramento político e social dos "nativos".

Há, farta literatura sobre os diversos aspectos e sobre o sentido da atuação européia em África. Desde aquelas que enaltecem o seu "papel civilizatório" – com um viés profundamente racista, tentando justificar a brutalidade e a devastação da exploração colonial – até as que observam criticamente aquela atuação, vista como de interesse fundamentalmente econômico-estratégico, com um arremedo de políticas de educação e saúde e algumas outras melhorias (para pequenos grupos de negros urbanizados), já que sua motivação era, de fato, o maior enriquecimento das metrópoles.

Em relação às diferentes estratégias adotadas pelas potências, há um razoável consenso entre os estudiosos, de que o colonialismo francês demonstrou maior interesse em "assimilar" – ensinar o idioma, mudar hábitos e procedimentos, "civilizar" enfim – uma parte das elites nativas. Com isto, ampliaria a legitimação de sua atuação junto ao povo francês, perante a opinião pública mundial, e até mesmo perante as próprias sociedades africanas. As outras potências tiveram quase nenhuma preocupação neste sentido, e essas diferenças seriam importantes mais tarde, quando avançaram os processos de luta pelas independências.

O trabalho forçado e a imposição de produções agrícolas para exportação foram, no entanto, comuns em todas as colônias. "*Os africanos transformavam-se em assalariados rurais pelo menos durante uma parte do ano. No restante do tempo voltavam à economia tradicional de subsistência e troca interna, praticadas em terras cada vez menos férteis e mais exíguas*".4 Foi um sistema produtivo que transferiu renda em níveis absurdos. Já na década de 80, estudos mais aprofundados sobre as sociedades africanas (Claude Meilassoux é o maior expoente) vão criar o conceito de *articulação de modos de produção*: o Capitalismo (com salários irrisórios, suficientes apenas para pagar o imposto pessoal cobrado de cada nativo), articulado ao modo de produção das sociedades domésticas africanas, este sim responsável pela deficiente reprodução da força de trabalho.

Entre os elementos de análise à serem considerados adiante, quando nos debruçàrmos sobre as sequelas da descolonização, está a sobrevivência das sociedades domésticas africanas sob o colonialismo, apesar de influências desagregadoras e muitas vezes conflitantes com suas principais características (a drástica redução dos espaços para agricultura e caça, e a presença de novas tecnologias para produção e transportes, por exemplo). O fato é que elas permaneceram como referência central e inequívoca entre os povos da África subsaariana. O seu papel como guardiã dos valores que compunham o imaginário coletivo que – as vezes mais, as vezes menos ostensivamente – opunham colonizados e colonizadores, não pode ser menosprezado.

A Descolonização

a) a "construção" do Africano

E qual era a visão dos africanos sobre aquela situação ? Em primeiro lugar, que "africanos"? Até aquele momento, não havia uma consciência continental. As populações dos vastos territórios da África subsaariana, durante quase três séculos, haviam acentuado suas rivalidades em toda parte, como resultado das guerras intestinas motivadas pelo

tráfico. Apesar das sequelas desta terrível experiência, para a ampla diversidade de etnias e sub etnias, a sua consciência ainda era determinada pelos limites do seu grupo e de suas tradições. Estudiosos dos problemas africanos, como Appiah/97, chegam a sugerir que o africano é uma invenção do colonialismo. De fato, foi a imposição das fronteiras coloniais, submetendo diversos grupos étnicos a uma administração centralizada, que inaugurou uma nova fase de contato entre as populações africanas. O impacto da ocupação e exploração colonial produziu as condições para que surgisse *o Angolano, o Queniano, o Ganense,* ao juntar nas cidades, ou compartilhando situações de subordinação, membros de grupos diferentes. Mas apenas aqueles que tiveram oportunidade de um contato mais estreito com o colonizador – através da educação formal, por exemplo – puderam adquirir uma consciência mais ampla das relações e das diferenças entre seus povos e os que vinham de outra parte do mundo, com outros valores, com motivações de dominação, de exploração, de expansão religiosa, etc.

Fosse pelo domínio do idioma, por leituras ou pelo contato direto com as sociedades européias, alguns africanos aprofundaram relações com uma outra civilização, com dinâmica histórica e formas de produção e reprodução econômica, social, política e cultural muito diferentes das suas. Conheceram variadas facetas do mundo do colonizador – o racismo, a crença na absoluta superioridade, o menosprezo pelas outras culturas; mas também visões críticas a respeito do processo colonial... E as idéias e as experiências de negros como eles, que há séculos, viviam fora do continente africano.

b) A resistência

É importante a referência ao contexto das idéias que – ao mesmo tempo, que a intensificação da exploração colonial – influenciavam a tomada de consciência e aceleraram o impulso das lutas anti-colonais da segunda década do nosso século em diante. É possível, então, se perceber as dificuldades para se estabelecer um amplo Movimento Continental e uma efetiva unidade de pensamento e ação de todos os povos africanos.

O Pan-africanismo teve enorme influência mas carregava um pecado capital para os africanos – vinha de fora para dentro do continente e desconhecia ou menosprezava a sua história e os seus processos internos de ajustamento e transformações. Apesar disso, deu uma riquíssima contribuição à formação das lideranças africanas. O Pan-africanismo se constituiu num movimento de instituições, publicações, e numa sucessão de congressos internacionais que articulavam inicialmente negros norte americanos, da América central e do Caribe em torno do postulado genérico do "direito dos povos negros serem tratados como homens".5 William Edward Burghardt du Bois – Intelectual negro norte americano – foi seu mais dedicado e brilhante articulador e formulador. Somente as resoluções do Congresso de Manchester, o último, em 1945, é que vão questionar as divisões arbitrárias e as fronteiras delimitadas pelas potências coloniais, trazendo um novo conteúdo ao conceito de Pan-africanismo – a busca da Unidade Africana.

Apenas para mostrar como – para além da distância em relação ao cotidiano da maioria das populações africanas que ainda viviam nas zonas rurais, presas às tradições, e das dificuldades de articulação inerentes às diferenças de idioma e de regimes coloniais – era

complexo o quadro em que fermentava a disposição das lideranças lutarem contra o colonialismo, é importante citar que o último Congresso Pan-africanista, teve predominância de Africanos e Afro-americanos de língua inglesa. Na mesma época, entre negros antilhanos e africanos de lingua francesa, era grande a influência do Movimento da **Negritude** – termo criado pelo antilhano Aimé Cezaire, logo incorporado por Leopold Senghor (africano do Senegal) – que falava, um pouco como o Pan-africanismo, numa "*identidade de destino do conjunto dos povos sobre os quais se abatera, por toda a parte, a dominação colonial e racista*"(6), mas com um sentido mais marcadamente cultural e espiritual.

O fato é que havia muitas influências e uma diversidade muito grande de problemas nas diferentes regiões onde atuavam concretamente as lideranças africanas.

Neste sentido, a participação na Segunda Grande Guerra foi um momento importante para os africanos: a desmistificação do europeu – da superioridade moral, espiritual da "raça branca". Das colônias francesas foram convocados mais de 100.000 (por sinal, muito menos do que na primeira guerra); Das colônias inglesas só quenianos foram mais de 160.000 homens. Mais de 50.000 africanos morreram.(7) Os africanos puderam ver a extensão das diferenças entre os povos europeus... Viram também os interesses nacionais sendo assumidos por diferentes grupos étnicos dentro de um mesmo país... E, fundamentalmente, perceberam a contradição entre a exaltação dos ideais anti-fascistas e a manutenção do regime colonial pelos europeus.

Em suma, lideranças africanas adquiriram experiências e horizontes mais vastos. Na sua volta, isto teria que repercutir em suas sociedades. A começar pelo fato de que nas décadas de 20 e 30 o movimento de resistência não falava de independência. Era comandado pelos chefes tradicionais e os seus objetivos eram basicamente de atenuar a exploração colonial, conseguir concessões de direitos aos africanos, etc. Agora, com as novas lideranças que aos poucos vão assumindo a direção dos movimentos anti-coloniais, vai se firmando a compreensão da necessidade de independência.

c) As independências – a formação das novas Nações Africanas

Um primeiro problema a enfrentar (e assumir) eram as novas fronteiras. Nas próprias resoluções da criação da OUA ficou consagrado o princípio da intangibilidade das fronteiras estabelecidas a partir da ocupação colonial – era o reconhecimento de que não se podia voltar ao que fora antes. Talvez fosse a primeira vez que o futuro determinava a vida dos povos da África subsaariana. Ocorre que, ao mesmo tempo, que dão mais força e amplitude ao aglutinar vários grupos étnicos, em muitos casos elas dividem um mesmo grupo étnico por várias nações. Ou obrigam a compartilhar a mesma nação grupos étnicos com história de agudas rivalidades.

Outro problema foram as diferentes características da colonização. Os franceses arrogavam maior "legitimidade" graças a concessão da cidadania francesa aos "evoluées" – aqueles que aprendiam o idioma e demonstravam, pelo comportamento, estar "aptos" a conviver entre franceses (os de "peles negras e máscaras brancas" conforme obra clássica de Franz Fannon, psiquiatra negro da Martinica). Estabeleceram um sistema de representação

política que levava negros a terem assento nas instâncias parlamentares mais elevadas da metrópole.

A política colonial inglesa, ao contrário, não tinha preocupações especiais quanto a "legitimidade" perante os africanos, ou mesmo perante sua própria sociedade, ou a opinião pública mundial.

Portugal, por seu lado, sem os mesmos recursos financeiros que França e Inglaterra, é caracterizado pelos estudiosos como tendo sido uma sub-potência de colonialismo tardio. No momento em que as duas maiores potências, reconhecendo a inevitabilidade da derrocada colonial, começaram a se preparar para o "depois"; é exatamente aí (início da década de 50), que Portugal endurece mais o regime tentando a todo custo manter o controle e os rendimentos da exploração sobre as colônias.

Observando-se estas diferentes condições em que fermentava a luta anti-colonial pode-se imaginar as dificuldades das novas lideranças em superarem o "tribalismo" (um empecilho à unidade e à eficácia da direção), corresponderem e se ligarem efetivamente aos anseios das maiorias rurais, conceberem novas formas de organização social e política que, ao mesmo tempo alcançassem êxito perante as forças inimigas e lançassem as raízes de modelos próprios de desenvolvimento nas suas sociedades – isto, no âmbito interno de cada nova Nação. E ainda superarem as diferenças de idiomas, influências culturais e posturas estratégicas, para alcançarem novos patamares de organização continental, trazendo mais força ao movimento anti-colonial.

Foi um momento da história contemporânea magnificamente sintetizado por Amilcar Cabral: "*Mais do que as lutas entre as grandes potências, mais do que as lutas de classe nos países desenvolvidos, as lutas dos povos contra o colonialismo e o racismo é que são o motor da marcha da história da nossa época*". Uma geração de homens brilhantes, quaisquer que tenham sido suas posturas políticas e ideológicas. Alguns, ao nosso juízo, tiveram maior clarividência. Colocando-se no que podemos chamar de campo mais progressista, estadistas do porte de Kwame N' krumah (em Gana), Ahmed Sekou Touré (na Guiné-Conakri), Modibo Keita (no Mali), Ahidjo (no Camerun), Patrice Lumumba (no Congo), Julius Nyerere (na Tanzânia)... Mas também Houphuet Boiny (na Costa do Marfim), Leopold Senghor (no Senegal), Jomo Kennyata (no Quênia); que, mesmo agindo conservadoramente, lograram êxito contra o fantasma do caos econômico, político, administrativo e institucional, ao conseguirem consolidar uma inicialmente precária unidade nacional.

No palco das lutas de libertação africanas que levaram às independências, houve espaço para todo tipo de contradições, como provavelmente em todas as grandes lutas dos diversos povos em todos os tempos.

- Além das rivalidades entre grupos étnicos, cada um deles se encontrava dividido (nas cidades ou zonas rurais), entre os que perfilhavam as tradições – em negação visceral aos valores invasivos – e os que de alguma forma se tocavam pelas necessidades de transformação; ambos, no entanto, distantes das ideologias, das práticas e perspectivas

das lideranças urbanizadas, destribalizadas, quase sempre com experiência de estudos nas metrópoles.

- Quadros dirigentes que, em graus diferentes de radicalidade e competência, proclamavam a necessidade de verdadeira libertação, imbuídos de interesses nacionais (mesmo considerando as múltiplas implicações deste conceito), perseguindo projetos de emancipação política, econômica e cultural, buscando alianças com setores progressistas nas metrópoles e com os países socialistas; e outros, também com tonalidades diferentes, que se fechavam em suas fronteiras como um espaço de poder possível e imediato, se acomodando na formação de uma elite capaz de assumir o poder e reproduzir o quadro de "inter-dependência" – agora *"com novo hino, nova bandeira e caras pretas no palácio"*, como denunciava Samora Machel – em aliança com setores das burguesias das metrópoles.

Nem estas condições subjetivas, nem as debilidades básicas como a inexistência de recursos humanos, financeiros e tecnológicos, de infra-estrutura de transporte, de educação, de sanitarismo e saúde pública, de habitação, etc; nada disso era desconhecido por aqueles que "assumiram a história nas próprias mãos". Ninguém, nem mesmo o mais entusiasta dos líderes africanos da descolonização, imaginou que seria fácil a edificação de um Estado e de uma sociedade em novas bases.

Os chefes de Estado mais progressistas tinham a expectativa de que com o poder político seria mais fácil encontrar alternativas de organização interna, e de estratégias produtivas e comerciais. Subestimaram e tentaram enfrentar os conflitos étnicos de longa data, os de classe que já se esboçavam, além daqueles que opunham as tradições das sociedades domesticas, ao ritmo e à abrangência das transformações necessárias – alguns pagaram caro por sua ousadia institucional e política, como N' krumah, cuja política externa (a um custo altíssimo), foi a grande alimentadora do processo que levou à criação da OUA (Organização da Unidade Africana, em Adis Abeba-Etiópia-1963). Enquanto os outros, imediatistas e conservadores, adotaram os jogos de interesse, cristalizando situações sociais e políticas tradicionais internamente. Estas "habilidades" combinadas com posições subalternas convenientes às potênciàs, em geral, formavam a base do poder destes dirigentes.

O colonizador também tinha conhecimento de toda esta situação. Mas não tinha controle do processo político. E essa era sua obsessão ao longo do processo de descolonização. É importante enfatizar dois aspectos intrínsecos deste comportamento, que determinaram o grau de barbaridade na repressão aos movimentos anti-coloniais. O primeiro, diz respeito ao princípio da ação colonial que sempre foi, sem exceção, o de garantir os lucros e o poder de iniciativa da metrópole. O êxito dos movimentos de massa e o fortalecimento de suas lideranças obrigariam a maiores concessões nas mesas de negociação, e além do mais os agentes coloniais precisavam de tempo para criar os mecanismos de influência e controle sem necessidade do aparato ostensivo da administração e repressão colonial.

Mas apenas o segundo aspecto – o racismo – pode explicar o genocídio de populações indefesas, a tortura como forma de humilhação e o prazer sádico das autoridades coloniais na execução (por fuzilamento, enforcamento, ou meios mais cruéis), de prisioneiros sem razão maior que a demonstração de poder. Apenas como exemplo:

- no esmagamento da Rebelião Malgaxe que durou de 1947 a 49, em Madagascar, as estimativas chegam a falar em cerca de 100.000 mortos;
- pode-se lembrar também dos mais de 10.000 mortos Kikuyu, como saldo da Revolta dos Mau-Maus, no Quênia, entre 1952 e 56;
- ou da sangrenta repressão contra o levante das tropas senegalesas no acampamento Faidherbe, próximo a Dakar, logo depois da guerra.
- Ou ainda nos massacres ocorridos nas colônias portuguesas – na Guiné-Bissau, Pidjiguiti/1959; Angola, Baixa do Kassange/1960; Moçambique, Mueda/1963.(8)

Se era visível o desprezo do colonizador mesmo pelos "nativos" que assimilavam o idioma e a influência cultural "branca", que dirá em relação ao grosso das populações que nas cidades ou zonas rurais permaneciam voltados para suas tradições. A afirmação humana daqueles povos – a coragem e a capacidade de se revoltar e lutar – surpreendia os racistas que aprenderam a considerá-los pouco mais que animais. Tampouco acreditavam na sua capacidade de erigirem Estados nacionais e desenvolverem suas sociedades. Aos líderes, alguns deles renomados intelectuais nas melhores Universidades, e indiscutíveis evidências da sua visão distorcida, a maioria dos agentes coloniais devotava ódio.

É imprescindível conhecer e refletir com bastante acuidade sobre o papel do colonialismo contemporâneo em África e o processo de lutas que o fez desaparecer (quem sabe, se escondendo em outras vestes), para se compreender a situação atual da África subsaariana e formular as suas possibilidades e perspectivas de superação. O fim do tráfico no século passado, a ocupação colonial e as independências, foram momentos marcantes em que as redefinições da economia mundial estabeleceram desafios para a inserção dos povos africanos. As possibilidades e os caminhos de sua superação são objeto de estudos e debates em toda parte do mundo. Mas constituem sobretudo o interesse e a oportunidade daqueles povos reafirmarem seus compromissos com o futuro.

3 – Os desafios do Futuro

"A principal lição que se espera que os africanos aprendam é que o desenvolvimento é, primeiro e antes que tudo, um esforço interno. A aplicação de modelos de desenvolvimento, por muito lógicos e apropriados que possa parecer, está condenada ao fracasso se eles não estiverem enraizados num terreno histórico e cultural sólido."

Carlos Lopes

A conseqüência principal do colonialismo e dos problemas da descolonização foi o aprofundamento da pauperização da África subsaariana – cujas sociedades domésticas já não têm como produzir o seu próprio sustento, nem assimilaram novas tecnologias.

Segundo Ives Benot "*o panorama que nos é oferecido pela África em 1968 é o de uma independência incompleta*"(9) As expectativas de que o controle político e do aparelho administrativo seria o fundamental para as transformações necessárias foram frustradas, perante a dimensão da tarefa a realizar – o sistema administrativo fora criado para atender aos interesses restritos de uma situação colonial, agora tratava-se de construir uma Nação; os mecanismos de controle econômico continuaram quase totalmente sob controle das antigas potências; o mesmo aconteceu com as forças militares, cujos comandos até bem depois das independências continuaram nas mãos de brancos.

Citados por Carlos Lopes (10), relatórios publicados pelo Banco Mundial e pela UNICEF no inicio dos anos 80, dão conta de um relativo êxito das economias africanas nas duas primeiras décadas pós independências. Mas eram ilusórios porque, de uma maneira geral, os modelos de desenvolvimento seguiam orientações externas que não consideravam características fundamentais das sociedades africanas, além de estarem voltados prioritariamente para exportação, enquanto questões como a agricultura, para alimentação de suas populações, eram relegadas a segundo plano.

As mudanças na economia mundial a partir da primeira crise do petróleo em 1973 demonstraram a fragilidade dás economias africanas. Estas sucumbiram com a queda dos preços de seus produtos no mercado mundial, ao mesmo tempo, que se elevavam os preços de suas importações e as taxas de juros, aumentando brutalmente o peso das dívidas externas. Com este último fato se superpondo às heranças da exploração colonial e seus desdobramentos neo-coloniais, a fome e a dependência tornaram-se, então, as imagens mais corriqueiras dos povos da África subsaariana.

Naturalmente que cada país constitui uma realidade específica a exigir soluções adequadas. Mas é claro que existem questões estruturais comuns que sugerem a necessidade de análises, planejamentos e criação de mecanismos institucionais coletivos. Esta compreensão amadurece à medida que se generalizam os efeitos da tragédia (a fome, a violência, as endemias,etc); que se desmistificam as "soluções técnicas" do FMI, cujas medidas de ajuste estrutural se mostraram catastróficas, conforme auto-crítica do Banco Mundial, publicada em 1992, também citada por Carlos Lopes (11); e, principalmente, a medida que se renovam os quadros dirigentes com novos aportes teóricos e experiências acumuladas, e sem outra alternativa senão **criar**.

Ao longo da década de 80, o afropessimismo fez mais sombrias ainda as imagens da dependência e do atraso. A derrota do *Apartheid* na África do sul, a libertação de Mandela (1990) e sua eleição e posse como presidente da república (1994), no entanto, trouxe alento e revitalizou os sonhos.

É imperativo reconhecer as debilidades do continente africano. Tanto as decorrentes do exagerado apego às tradições, ou causadas pelas falhas de dirigentes afogados no personalismo, na corrupção, na absoluta faltas de escrúpulos; quanto as provocadas pela sangria de recursos em benefício alheio. Mas é essencial, também, provocar o afrootimismo como condição para uma política de desenvolvimento a longo prazo.

Um diagnóstico das principais tendências e desafios da África subsaariana encontram na lucidez de Carlos Lopes a sua melhor síntese: *"**A cultura africana** deve ser a base da preservação dos elementos sociais que permitirão a estas sociedades construir modelos políticos e institucionais para preservar as capacidades existentes, assim como gerar outros novos num contexto de crescente urbanização. **Desenvolver o capital humano** é essencial a qualquer empresa. Fornecer serviços equitativos e sociais e criar condições de aprendizagem para a inovação são um elemento essencial de qualquer estratégia de crescimento. **Uma mudança revolucionária na agricultura** é também fundamental para todos os africanos preocupados em alimentar a população e proteger o ambiente. Finalmente, um elemento central é **a ligação com a economia global** a que se terá acesso, juntamente com a mobilização de recursos, sejam eles internos ou externos."(*

Notas :

1 – Brunschwig, obra citada, pag. 73
2 – Adu-Boahen, obra citada, pag. 61
3 – Ídem, pag. 61
4 – Nunes Pereira, obra citada, pag. 18
5 – Manifesto do lll Cong. Panafricanista, 1923 (Londres/Lisboa), citado por Benot, obra citada, pag. 195
6 – Benot , obra citada, pag. 200
7 – De la descolonización a la independência, pag. 125
8 – Ídem, pag. 140-1
9 – Benot, obra citada, pag. 183
10 – Carlos Lopes, "Basta", pag. 108
11 – Ídem, pag. 126
12 – Ibidem, pag. 127

Bibliografia :

Boahen, Adu. *África diante do desafio colonial.* In História Geral da África vol. VII. Ática/UNESCO. SP. 1991

Brunschwig, Henry. *A Partilha da África.* Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1971

Cabral, Amílcar. *PAIGC – Unidade e luta.* Ed. Nova Aurora. Lisboa. 1974

Cezaire, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo.* Sá da Costa. Lisboa. 1978

Fanon, Franz. *Os condenados da terra.* Civilização Brasileira. RJ. 1968.

Lentin, Albert Paul. *De Bandung a Havana.* In La Lutte Tricontinentalle. F. Maspero. Paris. 1966

Lopes, Carlos. *BASTA! Para um diagnóstico alternativo da crise africana. Texto ao 3º Seminário de economistas. PNUD/RBA.* Cópia sem data.

_____. *Compasso de Espera – O fundamental e o acessório na crise africana.* Edições Afrontamento. Porto. Portugal. 1997.

Mackenzie, J.M. *A partilha da África.* Série Princípios. Ed. Ática. SP. 1994

Meilliassoux, Claude. *Mulheres, Celeiros e Capitais.* Ed. Afrontamento. Porto. 1976

Memmi, Albert. *O Racismo.* Editorial Caminho. Lisboa. 1993
N`Krumah, Kwame. *África debe unirse* – eudeba. Buenos Aires. 1965
Notas de Aula do Curso História da África II – Prof. Dr. José Maria Nunes Pereira
Nunes Pereira, José Maria. *Colonialismo, Descolonização e Racismo.* In Estudos afro-Asiáticos no 2. CEAA. RJ. 1978
Pereira, Amauri Mendes. *Porque Estudar História da África?* Texto inédito-policopiado. RJ. 1997.